



CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES

latindex  IDEAS EconPapers DOAJ  Dialnet

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DA DIMENSÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA EGRESSOS DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DO AMAZONAS

Inafran Souza e Souza

<https://orcid.org/0000-0002-8899-7823>

Universidade Federal do Amazonas

inafran888@gmail.com

Renner dos Santos Vilasboas

<https://orcid.org/0000-0002-9321-6833>

Universidade Federal do Amazonas

rennermonstro@gmail.com

Jadson Justi

<https://orcid.org/0000-0003-4280-8502>

Universidade Federal do Amazonas

jadsonjusti@hotmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Inafran Souza e Souza, Renner dos Santos Vilasboas y Jadson Justi: "Perfil sociodemográfico da dimensão educacional e profissional de professores de educação física egressos de uma instituição pública do Amazonas", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (Vol 1, Nº 4 abril 2021, pp. 101-135). En línea:

<https://www.eumed.net/es/revistas/contribuciones-ciencias-sociales/abril-2021/perfil-profesores-educacaofisica>

Resumo

Este estudo teve como objetivo traçar o perfil sociodemográfico da dimensão educacional e profissional dos egressos do curso de licenciatura em Educação Física (atuantes na área) formados no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas, Brasil. Metodologicamente este estudo caracteriza-se como descritivo com abordagem qualitativa. A produção de dados se fez por meio de entrevista à profissionais de Educação Física egressos da Universidade Federal do Amazonas. Utilizou-se também a análise de conteúdo como aporte metodológico complementar para os dados produzidos a fim de se atingir os objetivos. Os dados apresentados permitiram constatar que houve uma participação de 28 egressos do sexo masculino (84,9%) e 5 do sexo feminino (15,1%), tendo os participantes uma média de 33 anos de idade. Observou-se, também, que os participantes em sua maioria atuam na área da musculação, seguida

pelas áreas de docência na educação básica e modalidades individuais (rendimento). A maioria dos egressos está trabalhando mais de 40 horas semanais na área (14; 42,4%). Os resultados obtidos neste estudo mostram que os egressos se preocupam com sua formação continuada e apontam que o curso de licenciatura em Educação Física oferta condições de aprendizado aos acadêmicos, podendo assim proporcionar uma base satisfatória na formação profissional dos acadêmicos atendendo as exigências do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Condição sociodemográficas, Egressos do ensino superior, Educação.

SOCIODEMOGRAFÍA EDUCATIVA Y PROFESIONAL DE PROFESORES DE EDUCACIÓN FÍSICA EGRESSES DE UNA INSTITUCIÓN PÚBLICA DEL ESTADO DE AMAZONAS

Resumen

Este estudio tiene como objetivo caracterizar el perfil sociodemográfico de la dimensión educativa y profesional de los graduados de la carrera de Educación Física (trabajando en el campo) capacitados en el Instituto de Ciencias Sociales, Educación y Ciencia Animal de la Universidad Federal de Amazonas, Brasil. La metodología de este estudio es descriptiva con enfoque cualitativo. La producción de datos se realizó a través de entrevistas a profesionales de Educación Física egresados de la Universidad Federal de Amazonas. También se utilizó el análisis de contenido como aporte metodológico complementario a los datos producidos para la consecución de los objetivos. Los datos presentados mostraron que participaron 28 graduados varones (84,9%) y 5 graduados mujeres (15,1%), con una edad promedio de 33 años. También se observó que la mayoría de los participantes trabajan en el área de culturismo, seguidos por áreas de enseñanza en educación básica. La mayoría de los graduados trabajan más de 40 horas a la semana en el área (14; 42,4%). Los resultados obtenidos en este estudio muestran que los graduados están preocupados por sus constantes mejoras y señalan que el curso de Educación Física ofrece condiciones de aprendizaje a los académicos, pudiendo así proporcionar una base satisfactoria en la formación profesional.

Palabras clave: Condición sociodemográfica, Graduados de educación superior, Educación.

EDUCATIONAL AND PROFESSIONAL SOCIODEMOGRAPHY OF PHYSICAL EDUCATION TEACHERS EGRESSES FROM A PUBLIC INSTITUTION IN THE STATE OF AMAZONAS

Abstract

This study aims to characterize the sociodemographic profile of the educational and professional dimension of the graduates of the Physical Education degree course (working in the field) trained at the Institute of Social Sciences, Education and Animal Science at the Federal University of Amazonas, Brazil. The methodology of this study is characterized as descriptive with a qualitative approach. The production of data was done through interviews with Physical Education professionals graduated from the Federal University of Amazonas. Content analysis was also used as a

complementary methodological contribution to the data produced in order to achieve the objectives. The data presented showed that there was a participation of 28 male graduates (84.9%) and 5 female graduates (15.1%), with the participants having an average age of 33 years. It was also observed that the majority of participants work in the area of bodybuilding, followed by areas of teaching in basic education. Most graduates are working more than 40 hours a week in the area (14; 42.4%). The results obtained in this study show that the graduates are concerned with their constant improvements and point out that the Physical Education course offers learning conditions to academics, thus being able to provide a satisfactory basis in professional training.

Keywords: Sociodemographic conditions, Higher education graduates, Education.

Introdução

O contexto deste estudo ocorre no município de Parintins, Amazonas, Brasil, conhecido também como ilha Tupinambarana, localizada no Baixo Amazonas, distante 369 quilômetros de Manaus, capital do Estado. De acordo com o Censo Demográfico 2010, sua população é de 102.033 habitantes, sendo este o segundo município com número de habitantes no Estado, depois da capital com 1.802.014 habitantes. Em Parintins, a maior parte da população habita na zona urbana 69.890 e 32.143 na zona rural (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011).

No referido município, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), por intermédio do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), iniciou suas atividades em 2007, e desde 2010 dispõe de sede própria, com infraestrutura para salas de aula, sala de reuniões, biblioteca multiuso, auditório com capacidade para 200 pessoas, ginásio poliesportivo, laboratório de informática e demais laboratórios de pesquisa e de práticas dos cursos de graduação. Atualmente, possui 1.862 alunos regularmente matriculados, distribuídos nos cursos de licenciatura em Artes Visuais, Educação Física e Pedagogia e bacharelado em Administração, Comunicação Social, Serviço Social e Zootecnia, conforme o Ofício 188/2019 CA/ICSEZ/UFAM, da Coordenação Acadêmica, quando foi solicitado, para realização desta pesquisa, informações referentes aos cursos de graduação do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia.

Inicialmente, ainda conforme o mesmo ofício, destaca-se que o curso de licenciatura em Educação Física do ICSEZ/UFAM, desde 2007, tem como ponto forte as ações de extensão associadas às ações de ensino. Nesse sentido, o curso faz-se presente em Parintins na função de formação de professores que atuam na área de Educação Física no município, em cidades próximas na região do Baixo Amazonas e mesmo em outros Estados brasileiros.

Ressalta-se que em 2011 ocorreu a primeira colação de grau do curso de licenciatura em Educação Física do ICSEZ/UFAM, tendo como objetivo principal formar professores qualificados para o exercício da docência em Educação Física em todas as etapas e modalidades da educação básica, ou seja, compreendendo educação infantil, ensino fundamental e ensino médio nas escolas da rede pública e particular de ensino. O curso tem duração de quatro anos, sendo as disciplinas ofertadas no turno diurno e já disponibilizou para o mercado de trabalho 237 professores licenciados em

Educação Física.

O objetivo geral desta pesquisa foi traçar o perfil sociodemográfico da dimensão educacional e profissional dos egressos em Educação Física atuantes na área formados pela UFAM, campus Parintins. Este estudo apresenta como objetivos específicos: a) identificar as áreas de atuação do profissional de Educação Física no município de Parintins; b) levantar informações de como o profissional de Educação Física avalia o impacto de sua formação acadêmica no exercício da atividade profissional; c) verificar possíveis dificuldades para ingressar no mercado de trabalho na área de Educação Física; d) descrever a satisfação de educadores físicos em sua prática profissional.

Pensa-se que ao traçar o perfil dos egressos do referido curso, considerando as áreas de atuação desses profissionais inerente à área da Educação Física, o impacto da formação acadêmica em sua satisfação profissional, fundamentando-se na lógica de que avanços dentro da área, especificamente no campus Parintins, ocorre com o conhecimento das características oriundas da população no qual esse estudo atinge, possibilitando uma reflexão sobre a qualidade de ensino, e também fornecer subsídios para uma visão mais clara do mercado de trabalho disponível na região, bem como a relevância da formação continuada para a profissão.

O trabalho com pesquisa envolvendo os egressos pode favorecer uma melhoria do ensino superior, uma vez que informações sobre as competências adquiridas durante a graduação podem promover mudanças que assegurem aos formandos um preparo melhor para a atuação no mercado de trabalho (Delaney, 2000).

Diante disso, é necessário conhecer o perfil do Educador Físico que vem sendo formado no ICSEZ/UFAM, assim, se percebe como o curso de licenciatura em Educação Física prepara seus alunos para a inserção deles no mercado de trabalho. Desta forma, tem-se na opinião do egresso importante ferramenta de acompanhamento da trajetória profissional do aluno, das competências adquiridas durante a graduação, além da atuação no mercado de trabalho.

Partindo desse pensamento, a intenção desta pesquisa é trazer subsídio teórico-informacional que atenda as especificidades dos egressos constituídas de fundamentos e que tragam resultados positivos dentro das condições existentes de acordo com o contexto do município de Parintins, AM.

As buscas de características dimensionais educativas e profissionais dão suporte realístico aos educadores físicos e justifica-se na tentativa de possibilitar aos respectivos profissionais uma atuação laborativa com mais consistência, de forma a construir sua satisfação profissional dentro das possibilidades sociais e de iniciativa própria. Menciona-se ainda que o levantamento de dados sociodemográficos deste estudo é regido por duas dimensões concomitantes: educativa e laborativa. Os dados coletados trazem benefícios múltiplos para o conhecimento de uma realidade específica como também oferece suporte para avanços em políticas públicas.

Contexto histórico da Educação Física no Brasil

Ao traçar o perfil desses egressos é necessário que se faça uma breve contextualização da história da Educação Física brasileira. Alguns autores, como Castellani Filho (1988), Gutierrez (1972)

e Soares (2012), são tomados como principais referência, pois, em suas obras, deixam traços da construção dessa história. Eles têm mostrado que a legislação, ou seja, os documentos normativos em muitos momentos, foi fator determinante na constituição da Educação Física brasileira, principalmente na sua vertente escolar. Não é possível compreender a Educação Física e muito menos traçar o perfil do egresso formado nessa área sem antes rever no seu passado as várias influências sofridas.

Para Soares (2012), a Educação Física brasileira divide-se, historicamente, em cinco períodos: 1) Brasil Colônia – 1500 a 1822; 2) Brasil Império – 1822 a 1889; 3) Brasil República – 1890 a 1946; 4) Brasil Contemporâneo – 1946 a 1980; e 5) Brasil atual, desde 1980. A Tabela 1 refere-se à cronologia histórica da Educação Física no Brasil, iniciando em 1500 aos dias atuais.

Tabela 1

Cronologia histórica influenciadora da Educação Física brasileira

Período	Descrição
1500 a 1822	- Primeiras manifestações da Educação Física em solo brasileiro.
1822 a 1889	- Primeiros tratados sobre a Educação Física.
1890 a 1946	- A Educação Física no Brasil República pode ser subdividida em duas fases: a) primeira fase – remete o período de 1890 até a Revolução de 1930 (que empossou o presidente Getúlio Vargas); b) segunda fase – configura o período após a Revolução de 1930 até 1946; nessa fase a Educação Física é inserida na Constituição brasileira e surgem leis que a tornam obrigatória no ensino secundário.
1946 a 1980	- Início do período da ditadura brasileira.
1980	- Oposição aos modelos pedagógicos anteriores.
1990 a 2000	- Estabelecida a <i>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional</i> (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996). - Regulamentação da Educação Física como profissão. - As reformas educacionais ocorridas na década de 1990 objetivaram intervir na formação dos trabalhadores para torná-los aptos às demandas da mundialização do capital.
2003	- Conselho Nacional de Educação convoca audiência pública para selar o suposto consenso estabelecido em torno das novas diretrizes curriculares.

Fonte: Ramos (1982), Soares (2012) e Veronez et al. (2013).

No que se refere ao Brasil Colônia (1500-1822), menciona-se que a mais antiga informação a respeito da Educação Física em solo brasileiro data do ano de sua descoberta, 1500. Esse fato deve-se à exposição escrita de Pero Vaz de Caminha (1450-1500), que, em uma de suas cartas, descreve indígenas dançando, saltando, girando e se alegrando ao som de uma gaita tocada por um português. Acredita-se que tal acontecimento, certamente fora a primeira aula de ginástica e recreação relatada em solo brasileiro (Ramos, 1982; Soares, 2012).

Segundo Ramos (1982), posteriormente, no período colonial, criada na senzala, especialmente no Rio de Janeiro e na Bahia, surge a capoeira, atividade criativa e rítmica praticada pelos escravos. Desse modo, as atividades físicas realizadas pelos indígenas e escravos representaram os primeiros elementos da Educação Física no Brasil (Soares, 2012).

Discorrendo sobre o período do Brasil Imperial, que data de 1823, Joaquim Antônio Serpa fez o Tratado de Educação Física e Moral dos Meninos, o qual contemplava que os exercícios físicos deveriam ser divididos em duas categorias: a) os que exercitavam o corpo; b) os que exercitavam a memória. Além disso, esse Tratado entendia a educação moral como coadjuvante, ou seja, auxiliar as competências da Educação Física (Gutierrez, 1972).

Apesar de muitas manifestações a respeito do início da Educação Física escolar no Brasil, estudos trazem traços sobre o surgimento da Educação Física escolar brasileira oficial com a Reforma de Couto Ferraz de 1951. No entanto, foi em 1882, quando Rui Barbosa elaborou o parecer sobre a Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior, é que se inseriu a ginástica na formação dos brasileiros (Betti, 1991). Nesse parecer, Rui Barbosa relata características positivas da Educação Física em países mais adiantados politicamente e que defendiam a ginástica como elemento indispensável para a formação integral da juventude (Ramos, 1982).

Ressalta-se que, nessa época de inclusão da Educação Física como disciplina escolar, tem-se resistência por parte dos pais em relação à participação de seus filhos às aulas, já que a Corte ligava o esforço físico às atividades desenvolvidas por escravos; porém havia mais aceitação à participação dos meninos que a das meninas, já que a ginástica estava associada às instituições militares (Ministério de Educação e do Desporto, 1997).

Como destacado, na Educação Física sob influência militar, predominavam nas aulas os meninos, influenciados pela prática da ginástica. No final do século XVIII e início do século XIX, a Educação Física sofre grande influência do pensamento europeu, e, nesse período, em especial no continente europeu, está em construção e consolidação um novo modelo de sociedade:

esse tempo e espaço, ou seja, a Europa de fins do século XVIII e início do século XIX, constitui-se em palco da construção e consolidação de uma nova sociedade – a sociedade capitalista –, onde os exercícios físicos terão um papel destacado (Soares et al., 1992, p. 51).

Foram muitos e diferentes movimentos que influenciaram as atividades dessa área, como as ciências médicas com ideário do higienismo, que apresentava o sentido da Educação Física como promoção de uma melhor higiene corporal para se obter, como resultado, a diminuição das doenças oriundas da falta de cuidados do corpo básico.

O trabalho físico, então, na Europa dos anos oitocentos, passa a merecer atenção das

autoridades estatais, e liga-se ao tema dos cuidados físicos com o corpo. E é nesses cuidados físicos com o corpo – os quais incluíam a formação de hábitos como: tomar banho, escovar os dentes, lavar as mãos – que se faziam presentes, também, os exercícios físicos, vistos exclusivamente como fator higiênico. (Soares et al., 1992, p. 51).

Já a Educação Física no Brasil República (1890-1946) pode ser subdividida em duas fases: a) a primeira inicia-se no período de 1890 até a Revolução de 1930 (que empossou o presidente Getúlio Vargas); e b) a segunda fase configura o período após a Revolução, de 1930 até 1946 (Betti, 1991; Soares, 2012).

Na primeira fase do Brasil República, que data de 1920, outros Estados da Federação, além do Rio de Janeiro, fazem suas reformas educacionais e começam a incluir a ginástica na escola (Betti, 1991; Soares, 2012). E a ginástica remete a exercícios utilizados nos treinamentos de militares, e é nesse sentido que se tem essa tendência militarista na Educação Física, dando característica ao professor de instrutor e ao aluno, condições de obediência, com o objetivo de manter a ordem e a disciplina (Bracht, 1992).

No entanto, na segunda fase do Brasil República, após a criação do Ministério da Educação e Saúde, é que a Educação Física começa a ganhar destaque, pois foram atribuídos a essa área papéis e objetivos de acordo com os ideais do governo da época. Nesse período, a Educação Física é inserida na Constituição brasileira e surgem leis que a tornam obrigatória no ensino secundário (Ramos, 1982; Soares, 2012).

No período pós-Segunda Guerra Mundial, na metade da década de 1960 a Educação Física nas escolas mantinha o caráter gímnico e calistênico do Brasil República (Ramos, 1982; Soares, 2012). Com a tomada do Poder Executivo brasileiro pelos militares, ocorre um crescimento abrupto do sistema educacional, quando o governo planejou usar as escolas públicas e privadas como fonte de programa do regime militar (Darido y Rangel, 2005). Após esse período, com a tomada do poder pelos militares e as influências tecnicistas, os esportes agora representavam o principal conteúdo das aulas de Educação Física (Betti, 1991; Soares, 2012).

Nesse mesmo tempo, o governo investia muito no esporte, buscando fazer da Educação Física um sustentáculo ideológico, a partir do êxito em competições esportivas de alto nível, eliminando assim críticas internas e deixando transparecer um clima de prosperidade e desenvolvimento. Fortalece-se então a ideia do esportivismo, no qual o rendimento, a vitória e a busca pelo mais hábil e forte estavam cada vez mais presentes na Educação Física (Darido y Rangel, 2005).

As características que marcam a Educação Física nessa fase histórica se associam ao rendimento, à seleção dos mais habilidosos. O papel do professor é bastante centralizador e a prática uma repetição mecânica dos movimentos esportivos (Comissão de Especialistas de Educação Física, 2004).

Além do esporte, a Educação Física como disciplina escolar surge no Brasil em um período político muito importante, no qual o Estado se preocupava em formar uma sociedade com indivíduos fortalecidos e saudáveis, onde se via na força física, na energia física determinada força de trabalho, que resultaria em mercadoria a ser vendida, e com isso estariam aptos a contribuir economicamente com o país (Soares et al., 1992).

Durante a década de 1980, a resistência à concepção biológica da Educação Física foi criticada em relação ao predomínio dos conteúdos esportivos (Darido y Rangel, 2005). Nesse período, surge o chamado movimento renovador da Educação Física. Em um primeiro momento buscava dar mais cientificismo à Educação Física (Bracht, 1993).

Nessa década, para a Educação Física, em termos literários, muitas obras se tornaram marcos da história recente dela, dando origem a algumas das chamadas abordagens da Educação Física. Dentre elas, destacam-se três: a abordagem construtivista, a desenvolvimentista e a crítico-superadora.

Para Comissão de Especialistas de Educação Física (2004), o professor João Batista Freire, com o livro *Educação de Corpo Inteiro: Teoria e Prática da Educação Física* (1989), teve papel determinante na divulgação do construtivismo na Educação Física no Brasil. Para Freire (1997), as condutas motoras são um dos recursos utilizados pelas crianças para se adaptarem ao mundo, pois:

para dar conta das adaptações e transformações do mundo, são esses os recursos de que a criança dispõe: as condutas motoras. Aliás, quase não se atenta para o fato de que a inteligência não é elemento exclusivamente racional, pois antes de surjam no indivíduo as primeiras representações mentais, já se manifesta nele um nível elevado de inteligência corporal, que prossegue mesmo após estruturar-se o pensamento. (p. 31).

Nessa abordagem é forte a ideia de valorizar a ação corporal, de atribuir o mesmo status das outras disciplinas tidas como “teóricas” ou “cognitivas” (Caparroz, 1997).

Já a abordagem denominada “desenvolvimentista”, por sua vez, tem como principal precursor o professor Go Tani; a sua obra mais representativa é *Educação Física Escolar: Fundamentos de uma Abordagem Desenvolvimentista* (1988), escrita por mais três autores: Edison de Jesus Manuel, José Elias de Proença e Eduardo Kokubun. Fica muito claro que o objeto de estudo e aplicação da Educação Física é o movimento, e, para eles, o movimento deve ser o foco central da Educação Física:

Se existe uma sequência normal nos processos de crescimento, de desenvolvimento e de aprendizagem motora, isto significa que as crianças necessitam ser orientadas de acordo com estas características, visto que, só assim, as suas reais necessidades e expectativas serão alcançadas. (Tani et al., 1988, p. 2).

A abordagem crítico-superadora tem como obra principal a obra *Metodologia do Ensino da Educação Física*, de Soares et al. (1992). Essa abordagem utiliza como ponto de apoio um discurso social, no qual a Educação Física deve estar atrelada às transformações sociais, políticas e econômicas, tendo em vista a superação das desigualdades sociais (Comissão de Especialistas de Educação Física, 2004).

Nessa ótica, a Educação Física é entendida como uma disciplina que trata, pedagogicamente, na escola, os temas da cultura corporal, ou seja, os jogos, a ginástica, as lutas, as acrobacias, a mímica, o esporte, valorizando a questão da contextualização dos fatos, o resgate histórico e a transformação da realidade como um todo (Soares et al., 1992).

Tratar desse sentido/significado abrange a compreensão das relações de interdependência que jogo, esporte, ginástica e dança, ou outros temas que venham a compor um programa de

Educação Física, têm com os grandes problemas sócio-políticos atuais como: ecologia, papéis sexuais, saúde pública, relações sociais do trabalho, preconceitos sociais, raciais, da deficiência, da velhice, distribuição do solo urbano, distribuição da renda, dívida externa e outros. A reflexão sobre esses problemas é necessária se existe a pretensão de possibilitar ao aluno da escola pública entender a realidade social interpretando-a e explicando-a a partir dos seus interesses de classe social. Isso quer dizer que cabe à escola promover a apreensão da prática social. Portanto, os conteúdos devem ser buscados dentro dela. (Soares et al., 1992, p. 62-63).

Portanto, segundo essa abordagem, é possível afirmar que, na Educação Física, o relevante é trabalhar o movimento corporal como uma linguagem, como conhecimento criado pelo homem, que busca, por meio de uma prática reflexiva, compreender a realidade social, como algo dinâmico, que carece de mudanças, para que as desigualdades sociais sejam corrigidas.

Tais abordagens, além de romperem com os modelos anteriores, tinham também o intuito de mostrar a importância e justificar a presença da Educação Física no currículo, tentando retirá-la da marginalidade, dando princípios científicos na construção de uma identidade, pautada na reflexão crítica (Caparroz, 1997).

Posteriormente sob essa ótica crítica, entre 1980-2000 começou um discurso voltado para a perspectiva de se formar um professor que tivesse no processo de reflexão o seu ponto de partida na dimensão de se produzir a profissão docente, deixando para trás as concepções técnicas (Nóvoa, 2000).

Surge então a Lei n. 9.696, em 1º de setembro de 1998, que estabelece: “Art. 1º O exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física.”

Até o advento dessa Lei, a profissão do profissional da Educação Física não era regulamentada. Como consequência disso, qualquer pessoa, sem a obrigação de formação superior naquela área do conhecimento, podia praticar a profissão de “professor” de Educação Física, “professor” de academia de musculação, técnico de futebol, entre outras áreas de atuação desse profissional (Veronez et al., 2013).

Destaca-se que foi por meio dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, documento inspirado no modelo educacional espanhol, realizado por um grupo de professores pesquisadores, lançado em 1997 e 1998, incluindo um documento específico para área de Educação Física, que possibilitou aos professores da área mais autonomia em suas aulas (Ministério de Educação e do Desporto, 1997, 1998). A Educação Física passou, portanto, a ser embasada por uma nova concepção de ensino e prática corporal, além da esportiva, seus conteúdos também podem ser aplicados por meio da dança; ginástica geral; jogos e lutas e, por meio delas e do próprio esporte, exercer o seu papel de contribuição na formação da criança.

Nesse contexto, muitas discussões se inserem no cenário referente à formação do profissional em Educação Física e suas respectivas áreas de atuação. Diante disso, as diretrizes sancionadas por meio da Resolução n. 1, de 18 de fevereiro de 2002, do Conselho Nacional de Educação (CNE)/Conselho Pleno (CP), e Resolução n. 7, de 31 de março de 2004, CNE/Câmara de Educação Superior (CES), apresentam como proposta para a Formação dos Professores da Educação Básica,

licenciatura plena, um curso com identidade própria, com conhecimentos e competências específicos para a atuação docente, privilegiando o preparo do professor; a aprendizagem como um processo de construção de conhecimento, habilidades e valores; conteúdos, como meio de suporte na constituição das competências e avaliação como parte integrante do processo de formação.

Novo tipo de trabalhador em Educação Física

Outro ponto a considerar é a transformação que ocorreu na Educação Física. Apesar de a atuação em Educação Física ter registros de atividades desde o século XVIII, foi apenas por meio da Lei n. 9.696/1998, que a Educação Física foi reconhecida como de fato profissão.

A partir desse momento iniciou-se a organização do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e dos Conselhos Regionais de Educação Física (CREFs), conseqüentemente as discussões sobre a atuação profissional tornaram-se mais intensas. Além disso, o perfil profissional pretendido nos cursos superiores de Educação Física também começou a ser questionado.

Em consequência a essas discussões por meio de debates em reuniões realizadas entre 1978 e 1986, iniciadas de um seminário promovido na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em agosto de 1978, foram elaborados o Parecer CNE/CES n. 215, de 11 de março de 1987, que trata da reestruturação dos cursos de graduação em Educação Física, sobre sua caracterização, e sobre o mínimo de duração e o seu conteúdo, e a Resolução n. 3, de 16 de junho de 1987, do Conselho Federal de Educação, que fixou os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de bacharelado e/ou licenciatura plena em Educação Física. Nesse contexto implanta-se o bacharelado como uma das propostas de formação do curso de Educação Física, além da licenciatura (Conselho Federal de Educação do Brasil, 1987; Conselho Nacional de Educação do Brasil, 1987).

Como mencionado, os cursos de Educação Física, sob o impacto das reformas educacionais e diante das novas *Diretrizes Curriculares Nacionais* (DCNs) para a formação de professores da educação básica e para os cursos de graduação em Educação Física, foram criadas propostas curriculares que tiveram como resultado o surgimento de um trabalhador com uma tipologia diferenciada tal qual se vinculava a licenciatura e criação do curso de graduação na modalidade de bacharelado (Veronez et al., 2013).

Nesse sentido, naquele momento histórico, a divisão do curso justificou-se pela crescente expansão do mercado de trabalho e pelas mudanças na legislação referente à formação de professores para a atuação na educação básica, em sintonia com o sistema CONFEF/CREF (Morschbacher, 2012).

Ao longo de muitas discussões, em 2004, ocorreu a divisão do curso de Educação Física, e assim aprovada as novas DCNs (Resolução CNE/CES n. 7/2004); que decorreram de disputa de poder alavancada por segmentos da Educação Física que defendem concepções e práticas profissionais diferenciadas (licenciatura e bacharelado). É relevante ressaltar que o sistema CONFEF/CREF teve grande influência para firmar essa divisão curricular, pautado em interesse de mercado (Muñoz et al., 2006).

a criação do bacharelado foi, fundamentalmente, uma resposta aos argumentos de que a formação do licenciado não vinha atendendo ao desenvolvimento das qualificações e das competências necessárias à intervenção do profissional nos diversos campos de trabalho não-escolar. (Kunz et al., 1998, p. 38).

Surge, portanto, um novo trabalhador para atender as exigências que a sociedade demanda. Corroborando com essa afirmação, Cruz (2011) aponta que como “a licenciatura não consegue atender as exigências de todos os espaços nos quais atuam o profissional de Educação Física, estando, portanto, o bacharelado apto a preparar o profissional para o ‘outro mercado de trabalho’” (p. 36-37, grifo do autor).

Esse “outro mercado de trabalho”, ao qual o autor se refere, inclui os espaços não formais de atuação profissional do bacharel em Educação Física, tais como: clubes, academias, hotéis, cruzeiros, clínicas de reabilitação, centros de treinamentos, promoção e organização de eventos esportivos/recreativos, entre outros. Portanto, o campo de trabalho do licenciado configura-se pelos espaços formais de ensino.

Entretanto, a esfera escolar, em consequência de uma série de fatores, tornou-se, com o tempo, estreita para o exercício do profissional de Educação Física que deveria atender as exigências da sociedade. A evolução tecnológica e o agrupamento de grandes massas populacionais fizeram com que novas necessidades aflorassem; entram em cena os esportes fora do ambiente escolar, as atividades voltadas para a melhoria da saúde, o lazer e as abordagens empresariais da área como poderosos atrativos de mercado para o professor formado (Oliveira, 2000).

Em Parintins, o ICSEZ/UFAM forma profissionais para atuarem no ensino formal, porém, além disso, aparentemente, os egressos também preenchem as lacunas existentes nas áreas que não fazem parte do contexto escolar, por conta do atrativo advindo da grande massa populacional que faz com que novas necessidades surjam como mencionado no parágrafo anterior.

Regulamentação da profissão de Educação Física no Brasil

A regulamentação da profissão de Educação Física no Brasil, homologada em 1998, representa o fruto da forte interação de vários vetores sociais, iniciada na década de 1940, com objetivo de garantir à sociedade o oferecimento de serviços de qualidade nas áreas da saúde e educação, por meio de profissionais especializados, que utilizam como meio às atividades físicas nas diversas manifestações da cultura corporal (Galindo, 2005).

Antes da regulamentação, o licenciado em Educação Física apenas possuía a designação de professor, usufruindo somente a prerrogativa da profissão do magistério, ficando refém de um mercado que a cada momento o solicitava a prestar serviços além do âmbito escolar. Esse serviço ficava por conta de curiosos ou ex-atletas, provocando com isso várias distorções, bem como dificuldades de entendimento e comunicação, muitas das vezes atribuídas à classe dos professores graduados (Galindo, 2005). Ainda segundo esse autor, em janeiro de 1999, tomaram posse os primeiros conselheiros federais e, a partir de então, foram criados vários conselhos regionais com o passar do tempo, em função do número de profissionais que se regulamentavam.

Nesse contexto, não existia nenhum órgão que por lei oficialmente exercesse o poder de defesa da sociedade, bem como dos próprios profissionais da Educação Física no exercício de sua função. Um primeiro avanço concreto ocorreu com o advento da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que garantiu a profissionalização adequada para o ensino, quando firma a obrigatoriedade da licenciatura plena de nível superior correspondente a cada disciplina do currículo escolar como formação exigida para o exercício do magistério. Inclusive foi permitido na Lei um prazo para as instituições de ensino se adequarem, até 2007 (Furtado y Santiago, 2015).

Destaca-se que o avanço mais decisivo ocorreu com a promulgação da Lei n. 9.696/1998, que regulamentou a profissão e criou os Conselhos Federal e Regionais de Educação Física, dando assim suporte às duas áreas básicas de atuação profissional. Aproximadamente um mês depois, houve a inclusão da categoria dos profissionais de Educação Física de nível superior no rol de categorias com fins de atuação no Conselho Nacional de Saúde, por meio da Resolução n. 287, de outubro de 1998 (Veronez et al., 2013).

Sobretudo, em uma área historicamente regulamentada e em contínuo e veloz desenvolvimento, também é relevante que haja constantes discussões para adequação nos cursos de Educação Física. Dentre essas discussões e reflexões, questiona-se se a capacitação dos alunos para a atuação no mercado de trabalho seria um papel das Instituições de Educação Superior (IESs) ou se essa iniciativa de qualificação para atuação profissional teria de ser do próprio aluno, fazendo cursos complementares durante e após sua formação.

Nesse pensamento, muitas IESs na atualidade estão efetuando reformulações curriculares constantemente, e até mesmo novos currículos, o que provoca indagação sobre o fato de essas mudanças estarem sintonizadas com as necessidades da sociedade, ou se priorizam apenas o cumprimento de exigências normativas.

Nunes y Carvalho (2007) reforçam a necessidade de um projeto estratégico sistêmico para a educação superior, que ressalte a preocupação com a formação continuada e o desenvolvimento de um ensino capaz de proporcionar a empregabilidade dos estudantes em uma economia baseada na aquisição de habilidades.

Educação Física no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas

É importante destacar que no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia atualmente se encontram matriculados 1.862 acadêmicos distribuídos nos sete cursos oferecidos nele, conforme se descreve no Tabela 2.

Tabela 2

Cursos de graduação do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas, 2019/2

N.	Cursos	Alunos sem evasão	Alunos ingressantes	Total
1	Administração	272	54	326
2	Artes Visuais	160	22	182
3	Comunicação Social/Jornalismo	210	35	245
4	Educação Física	235	50	285
5	Pedagogia	242	45	287
6	Serviço Social	213	45	258
7	Zootecnia	242	37	279
Total		1.574	288	1.862

Fonte: UFAM (2019).

O curso de licenciatura em Educação Física foi oficialmente criado por meio da Resolução UFAM n. 019, de 29 de janeiro de 2007, e veio suprir a demanda por professores de Educação Física nos municípios atendidos pela unidade acadêmica permanente de Parintins (Universidade Federal do Amazonas, 2007). Pois, nessa época, os professores da rede básica de ensino no município de Parintins ou eram leigos ou práticos:

Como forma de oferecer, aliás, “da”, uma qualificação para os professores leigos da Cidade de Parintins, no ano de 2008, foi criado também pela UFAM o curso de Licenciatura em Educação Física, no ensino e na modalidade à distância, sendo que esse curso tem como mediador alguns professores do curso de Educação Física do ICSEZ e as aulas acontecem no final de semana. (Ribeiro, 2011, p. 28).

Ribeiro (2011) apresenta informações sobre a formação do professor em Educação Física em Parintins, além de trazer críticas referente à estrutura do curso, frisando que este possui lacunas estruturais e administrativas.

Em 2011 ocorreu a primeira colação de grau do curso de licenciatura em Educação Física do ICSEZ/UFAM, tendo como objetivo principal formar professores qualificados para o exercício da docência em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, ou seja, compreendendo Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas da rede pública e particular de ensino (Universidade Federal do Amazonas [UFAM], 2014). Apresentam-se na Tabela 3 as cerimônias de colação de grau ocorridas no período de 2011/1 a 2019/1.

Tabela 3

Concluintes do curso de licenciatura em Educação Física do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas, período de 2011/1 a 2019/1

Cerimônia de colação de grau	Datas da cerimônia	Quantitativo de concluintes
Especial (fora de época)	21/7/2011	8
Oficial	23/8/2011	7
Oficial	28/2/2012	2
Oficial	18/1/2013	15
Especial (fora de época)	12/3/2013	1
Especial (fora de época)	30/4/2013	1
Oficial	18/7/2013	3
Especial (fora de época)	10/12/2013	1
Oficial	7/2/2014	19
Especial (fora de época)	5/5/2014	1
Oficial	4/6/2014	6
Oficial	12/2/2015	19
Oficial	11/06/2015	14
Oficial	4/2/2016	16
Oficial	14/7/2016	10
Oficial	6/12/2016	24
Oficial	20/6/2017	6
Oficial	25/8/2017	14
Oficial	15/2/2018	9
Oficial	22/8/2018	34
Especial (fora de época)	14/11/2018	1
Oficial	12/1/2019	7
Especial (fora de época)	3/4/2019	1
Oficial	22/8/2019	18
Total		de 237
concluintes.....		

Fonte: UFAM (2019).

O curso de licenciatura em Educação Física do ICSEZ/UFAM, campus Parintins, já formou 237 profissionais. Ele tem como foco principal habilitar os acadêmicos para atividade docente, por meio de um ensino de qualidade atendendo as demandas do mercado de trabalho (UFAM, 2014). Compreende-se que a formação profissional assume importância crucial, cada vez mais os estudiosos se preocupam com essa área de investigação (Pizani y Barbosa-Rinaldi, 2014).

Assim, é importante que a formação inicial esteja comprometida em buscar uma nova postura para o ensino superior, posto que é nesse período que se adquirem saberes indispensáveis para a ação profissional. A partir desse entendimento, discussões sobre formação profissional continuam sendo temáticas atuais, considerando que os cursos de ensino superior são organizados por meio de um currículo.

Em face do exposto, defende-se que no contexto da Educação Física é importante que os currículos atendam às “dimensões técnico-científica, ético-moral e político-social, que, por vezes, não são levadas em consideração” (Pizani y Barbosa-Rinaldi, 2014, p. 96).

Perfil do egresso conforme preconiza o Projeto Pedagógico do Curso

Na apresentação do Projeto Pedagógico do ICSEZ/UFAM, enfatiza-se que este foi construído de forma coletiva e que o seu papel é proporcionar uma identidade clara do Curso ao estabelecer de forma coerente as estratégias de trabalho a determinar as suas prioridades (UFAM, 2014).

Percebe-se, ainda, que o Projeto em questão faz menção para que exista uma relação estreita e direta que aproxime a intervenção pedagógica da Educação Física na escola e a formação inicial do professor construída no contexto do ensino superior. Tendo em vista que:

o perfil que “servia” para desenvolver o papel de professor caracterizado como um experto proponente de atividades em que os alunos participavam para ser melhores esportistas, ou para recrearem-se, ou para ocuparem o tempo, ou para formarem-se integralmente ou..., não é mais adequado, já que a Educação Física, enquanto componente curricular, passa ou deve passar a assumir os propósitos escolares, ou seja, mediar conhecimento sobre o mundo! (González, 2008, grito do autor).

Nesse sentido, o primeiro direcionamento destacado como fundamental para constituição significativa da versão atual curricular foi a maior destinação de carga horária às disciplinas teórico-práticas que tematizam os diversos componentes da cultura corporal de movimento, para assim mediar o conhecimento sobre o mundo.

Valoriza-se na versão atual do Projeto Pedagógico do ICSEZ/UFAM o componente da prática e teoria considerando o conhecimento específico da área, com seus diversos componentes (esporte, ginástica, lutas, danças, jogos e brincadeiras), pensados e trabalhados didática e pedagogicamente nas disciplinas de caráter teórico e prático que compõem a matriz curricular (UFAM, 2014).

O educador físico é o profissional formado para atuar como educador, orientando crianças, adolescentes e adultos no desenvolvimento de suas potencialidades e tendo uma participação consciente e ativa na sociedade, conforme os objetivos contemplados no referido Projeto.

Objetivos do curso de Educação Física do ICSEZ/UFAM

Nesse sentido, preconiza-se em seu objetivo geral:

Formar licenciados em Educação Física, aptos ao trabalho docente, ao desenvolvimento de pesquisa e extensão nas áreas de conhecimento e de atuação em diferentes contextos que requerem a intervenção do professor de Educação Física. (UFAM, 2014, p. 28).

Tendo como seus objetivos específicos:

Oportunizar experiências de ensino, pesquisa acadêmica e de atividades de extensão vinculadas à Educação Física escolar, priorizando a articulação interdisciplinar com as demais áreas do conhecimento, tendo como eixo a prática pedagógica;

Fomentar atividades de planejamento, aplicação e avaliação de procedimentos docentes relacionados ao processo de ensino e aprendizagem produzidos pela área, adequando-os as diversas faixas etárias do educando, considerando o acolhimento e o trato da diversidade Regional.

Contextualizar a prática pedagógica do professor de Educação Física no âmbito internacional, nacional, regional, tecendo as mediações com as problemáticas locais; estimular a formação de um sujeito com capacidade de análise, compreensão e posicionamento crítico frente à realidade.

Possibilitar a formação pautada na construção de valores comprometidos com os princípios estéticos, políticos e éticos que orientam a ação docente. (UFAM, 2014, p. 26-27).

Diante disso, o Curso preconiza em seus objetivos possibilidades aos egressos à articulação interdisciplinar com as demais áreas de conhecimento, visando à ampliação de inserção do professor licenciado para uma atuação profissional, humana e ética no contexto e na realidade local, regional e nacional.

Diretrizes curriculares nacionais

O interesse por abordar este tópico neste estudo surgiu por causa da realização da 4ª Semana do Curso de Licenciatura em Educação Física do ICSEZ/UFAM, no período de 13 a 17 de maio de 2019, com o tema *Educação Física: Diversidade e os Desafios na Contemporaneidade*. Na programação da Semana, especificamente na mesa-redonda, foi abordado o novo currículo para os cursos de Educação Física (Informação verbal)¹.

No evento científico, houve uma palestra intitulada *Campo de Atuação da Educação Física no Baixo Amazonas*, ministrada pelo Prof. Dr. João Luiz da Costa Barros, vinculado à Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da UFAM, quando abordou sobre a criação de um novo currículo para o curso de licenciatura em Educação Física do ICSEZ/UFAM (Informação verbal)². E tem-se como base para criação desse novo currículo, a Resolução CNE/CES n. 6, de 18 de dezembro de 2018, que instituiu as DCNs dos cursos de graduação em Educação Física, assim como a Resolução

¹ Os autores, Inafran Souza e Souza, Renner dos Santos Vilasboas e Jadson Justi, participaram da *IV Semana do Curso de Licenciatura em Educação Física*, em Parintins, em 2019.

² Palestra proferida por Prof. Dr. João Luiz da Costa Barros na *IV Semana do Curso de Licenciatura em Educação Física*, em Parintins, em 2019.

CNE/CP n. 2, de 1º de julho de 2015, que definiu as DCNs para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Com base na lógica textual do parágrafo anterior, descreve-se que a Resolução CNE/CES n. 6/2018 destaca em seu artigo 2º que o curso de licenciatura em Educação Física tem carga horária referencial de 3.200 horas, para o desenvolvimento de atividades acadêmicas. Essa alteração deve ser contemplada sob uma nova versão, tendo impacto no vigente *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física* (2014) do ICSEZ/UFAM, que contempla a duração mínima de 2.960 horas-aula em consonância com as Resoluções: CNE/CP n. 1/2002, CNE/CP n. 2, de 19 de fevereiro de 2002, CNE/CES n. 7/2004 e CNE/CES n. 7, de 4 de outubro de 2007 (UFAM, 2014).

Nesse sentido, dentre as alterações, destaca-se que o graduado em Educação Física terá ingresso único de acordo com a Resolução CNE/CES n. 6/2018, referente à etapa comum e específica:

Art. 5º Dada a necessária articulação entre conhecimentos, habilidades, sensibilidade e atitudes requerida do egresso para o futuro exercício profissional, a formação do graduado em Educação Física terá ingresso único, destinado tanto ao bacharelado quanto à licenciatura, e desdobrar-se-á em duas etapas, conforme descrição a seguir:

I – Etapa Comum – Núcleo de estudos da formação geral, identificador da área de Educação Física, a ser desenvolvido em 1.600 (mil e seiscentas) horas referenciais, comum a ambas as formações.

II – Etapa Específica – Formação específica a ser desenvolvida em 1.600 (mil e seiscentas) horas referenciais, na qual os graduandos terão acesso a conhecimentos específicos das opções em bacharelado ou licenciatura.

Conforme descreve a Resolução CNE/CES n. 6/2018, a IES fará uma consulta oficial, por escrito, no início do 4º semestre, aos acadêmicos a respeito da formação que pretendem seguir na etapa específica (bacharel, licenciatura) ou ao final do 4º semestre, definir sua escolha mediante os critérios pré-estabelecidos.

Sobre as DCNs, esses documentos legais, além de legitimar os interesses da classe social ideologicamente identificada com o capital, tendem a subsumir a formação do trabalhador em Educação Física a essa lógica (Veronez et al., 2013).

As IESs recorreram às orientações legais para a organização dos currículos (Pizani y Barbosa-Rinaldi, 2014). Assim, aponta-se a necessidade de que os projetos pedagógicos sejam articulados em sua totalidade com os objetivos do curso e perfil do egresso, rumo à construção de cursos de licenciatura e bacharelado com características próprias. Portanto, pensa-se que pesquisa envolvendo os egressos pode favorecer uma melhoria do ensino superior, uma vez que informações sobre as competências adquiridas durante a graduação promoveriam mudanças que assegurariam aos formandos um preparo melhor para a atuação no mercado de trabalho (Delaney, 2000).

A proposta das novas diretrizes não deixa de evidenciar avanços significativos no horizonte da identidade profissional docente. Pois, apontam perspectivas na formação de um professor mais qualificado para o seu campo de atuação, priorizando a questão da dimensão política da profissão,

das competências e do corpo de conhecimento da área.

Método

Nos princípios da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), tem-se: pré-análises; exploração do material; tratamento dos resultados; inferência e interpretação. Após as entrevistas e sua transcrição, foi realizada a leitura compreensiva do material buscando ter uma visão do todo e apreender suas particularidades em uma abordagem qualitativa.

Em seguida, foi realizada a exploração do conteúdo, no qual é importante “sermos capazes de ir além das falas e dos fatos ou, em outras palavras, caminhar na direção do que está explícito para o que é implícito, do revelado para o velado, do texto para o subtexto” (Gomes, 2012, p. 101).

Tal conceituação é pertinente para a presente investigação para se enquadrar em uma lógica que leva notória concepção de aparato social e demográfico. Partindo dessa premissa, o conjunto dos métodos anteriormente mencionados deu suporte para a realização deste estudo, garantindo, assim, o controle científico para a conquista dos objetivos.

No que tange ao local do estudo, fez-se um levantamento dos estabelecimentos ou instituições dentro do município de Parintins, AM, que possivelmente atuam egressos de Educação Física, tais como: a) escolas públicas e privadas; b) clubes aquáticos e de danças; c) academia; d) hospitais; e) clínicas; f) ambulatórios; e g) praças públicas.

Com o objetivo de definir os participantes do estudo, em um primeiro momento, realizou-se um levantamento dos locais dentro do município que possua a atuação de um profissional de Educação Física. Em seguida, selecionaram-se os participantes da pesquisa a partir dos critérios: 1) egressos de ambos os sexos formados pelo curso de licenciatura em Educação Física do ICSEZ/UFAM, equivalente ao 1º semestre de 2011 ao 2º semestre de 2018; e 2) aceitar participar da pesquisa desde que assinassem o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*.

Ao final, em consequência da liberdade de desistência expressa no Termo assinado pelos participantes, a amostra constituiu de 33 egressos de ambos os sexos.

Em relação aos recursos humanos, esta pesquisa foi realizada unicamente pelos pesquisadores, não necessitando de voluntários para o auxílio dos procedimentos. Sobre os recursos materiais, utilizou uma sala ou um ambiente silencioso para as entrevistas disponibilizada(o) pelas instituições.

Como instrumento de coleta de dados, aplicou-se o *Protocolo de Questões Dirigidas aos Participantes*, elaborado pelos próprios pesquisadores, contendo perguntas abertas e fechadas. As questões foram organizadas a fim de se levantarem dados sobre o perfil dos egressos, nas dimensões sociodemográficas gerais, educacionais e profissionais. Esses pesquisadores elaboraram o referido instrumento para garantir mais fidedignidade e direcionamento para o alcance do objetivo proposto. O Protocolo foi dividido em três blocos, contendo perguntas sociodemográficas gerais, questões educacionais e, por último e não menos importante, questões profissionais:

Bloco 1 - Questões sociodemográficas gerais – têm-se: sexo; idade; estado civil e semestre e ano que concluiu o curso de licenciatura em Educação Física do ICSEZ/UFAM, levando em consideração o intervalo de tempo de 2011 a 2018.

Bloco 2 - Questões sociodemográficos educacionais – têm-se: a) O curso de licenciatura em Educação Física foi sua primeira opção? b) Como você avalia o impacto da sua formação acadêmica no exercício da atividade profissional? Avalie conforme as opções abaixo. c) O currículo ofertado pela sua instituição de formação contribuiu efetivamente para sua inserção no mercado de trabalho? d) Você procurou fazer cursos complementares inerentes à Educação Física para enriquecer seus conhecimentos durante a graduação? e) Você fez cursos complementares inerentes à Educação Física para enriquecer seus conhecimentos após a graduação?

Bloco 3 - Questões sociodemográficos profissionais – têm-se: a) Especifique a(s) sua(s) área(s) de atuação atualmente conforme as opções abaixo colocadas; pode ser assinalada uma ou mais áreas; b) Quantas horas semanais você trabalha na área de Educação Física? c) Atualmente, qual sua renda mensal auferida no trabalho em Educação Física? d) Você encontrou dificuldade para ingressar no mercado de trabalho inerente à área de Educação Física? e) Na atuação profissional na área de Educação Física qual o nível de sua satisfação profissional? f) Na atualidade, as políticas públicas favorecem a inserção do profissional em Educação Física no mercado de trabalho?

Em relação aos procedimentos do estudo, os pesquisadores dirigiram-se aos locais onde possivelmente os profissionais em Educação Física atuavam. Após a confirmação da presença desses destes, os pesquisadores solicitaram autorização formal por meio da Carta de Autorização direcionada aos dirigentes de cada estabelecimento, onde o profissional atua, para a utilização do espaço físico. Após a autorização da direção do local, os pesquisadores entraram em contato direto com os profissionais de Educação Física.

Foram explicados detalhadamente os objetivos, os aspectos éticos para cada profissional, e depois de sanadas todas as dúvidas dos possíveis participantes foi entregue o Termo de Consentimento, o qual foi assinado em duas vias por aqueles que aceitaram participar da pesquisa, sendo que uma ficou com os pesquisadores e a outra, com o participante. Após esse procedimento ético, foi marcado um horário para a entrevista fora do expediente de trabalho. Menciona-se ainda que cada entrevista teve duração média de 20 minutos. No que se refere à coleta de dados, utilizou-se uma sala com ambiente silencioso disponibilizado pela direção de cada instituição. Só não foram coletados dados em sala silenciosa quando a instituição ou local público não tinha esse espaço. No entanto, os pesquisadores buscaram espaços com menos ruído externo possível.

Após a coleta dos dados, ocorreu a análise deles, que foi realizada por meio de um rigoroso controle descritivo sob uma perspectiva qualitativa como mencionado anteriormente. Ressalta-se que os dados quantitativos deste estudo foram transcritos por meio de porcentagem simples que, de acordo com Leite (2008), é de fácil entendimento para o leitor.

Resultados e discussão

As respostas numéricas coletadas foram organizadas em banco de dados do programa Microsoft Excel. A partir daí, os participantes foram identificados por números para se garantir o anonimato

deles. Quanto às respostas descritivas, estas serão apresentadas tendo após o seu ponto final a identificação, entre parênteses, do participante, representada pela letra “P” mais o número de identificação, ex.: P1, P2... P33.

Ressalta-se, ainda, que a análise de dados está dividida em três blocos: 1) Questões sociodemográficas gerais; 2) Questões sociodemográficas educacionais; e 3) Questões sociodemográficas profissionais.

Levantamento do Bloco 1: questões sociodemográficas gerais

Para o presente estudo, foi necessária a aplicação do instrumento de coleta de dados intitulado *Protocolo de Questões Dirigidas aos Participantes*, especificamente as questões do Bloco 1 (dados sociodemográficos gerais dos egressos). Como resultado às perguntas do respectivo bloco, obtiveram-se os dados mencionados a seguir:

B1.a) Análise do perfil dos egressos quanto ao sexo:

Os participantes da pesquisa do sexo masculino tiveram um maior quantitativo com 28 egressos (84,9%) em relação aos participantes do sexo feminino, que tiveram 5 (15,1%). Essa informação é relevante, pois proporciona um delineamento dos egressos, podendo observar se há ou não equilíbrio no perfil dos sujeitos da pesquisa sobre a atuação profissional no mercado de trabalho.

É preciso considerar que em muitos anos a Educação Física foi uma área com formação e atuação majoritária pelo sexo masculino. Esse fato deve-se à influência militar histórica na respectiva área (Ministério de Educação e do Desporto, 1997).

No que tange conhecer a atuação profissional no mercado de trabalho, em especial dos participantes do sexo feminino, notou-se que dentre as áreas de atuação, conforme os dados das participantes, têm-se: educação básica, atividades físicas e esportivas para pessoas com deficiência, musculação, ginástica, recreação e lazer, modalidades individuais (iniciação), laboratório de pesquisa, grupos especiais (idosos, hipertensos e diabéticos). Ressalta-se que as participantes poderiam assinalar uma ou mais áreas de atuação. Como se vê nos dados anteriores, as mulheres estão assumindo funções na área de Educação Física que antes eram dominadas pelos homens, não estão se limitando à atuação na área da docência, principalmente na educação infantil.

B1.b) Análise do perfil de egressos quanto a idade:

Ao analisar os dados, constatou-se que a faixa etária de 22 a 29 anos representa o maior número de participantes da pesquisa (19; 57,6%) e deste, 8 encontram-se na idade de 22 e 29 anos (42,1%). Já os egressos com idades de 26, 27 e 33 anos também representam uma participação considerável (9; 27,3%). As idades mínima e máxima dos participantes estão entre 22 e 44 anos.

Os egressos com 22 anos de idade foram os que se formaram durante os quatro anos de integralização do curso. Ressalta-se que o tempo mínimo de integralização do curso atualmente é de quatro anos e o tempo máximo é de seis anos, conforme direcionamentos da Resolução n. 037, de 4 de julho de 2011, da UFAM, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Câmara de Ensino de Graduação, que “Adota procedimentos de padronização para mensuração do tempo máximo dos

curso de graduação presenciais.” (Universidade Federal do Amazonas, 2011).

B1.c) Análise do perfil do egresso quanto ao estado civil/relacionamento:

Os dados obtidos referentes ao estado civil dos egressos demonstram ser equilibrados, principalmente entre os egressos solteiros (10; 30,3%) e namorando (7; 21,2%); casados (4;12,2%). Não foi identificado participante divorciado, e o menor número de participantes da pesquisa encontra-se como viúvo (1; 3%), e o maior número encontra-se em união estável (11; 33,3%).

B1.d) Análise do perfil dos egressos quanto ao ano de formação:

A análise conta a partir de 2011 em razão de o curso do ICSEZ/UFAM ter-se iniciado em 2007 e a periodicidade ser de oito semestres. Nota-se que o maior número de egressos que participaram da pesquisa são os que se formaram em 2011 (primeira turma), com total de 8 egressos (24,2%); em seguida os formandos de 2017, com 7 egressos (21,2%); os de 2014, com 6 (18,2%); de 2013, com 5 (15,1%); os de 2018, com 4 (12,1%); os de 2016, com 2 (6,1%); e somente 1 participante formado em 2015 (3%).

Os primeiros egressos do curso tiveram maior participação na pesquisa, isso é interessante pois são os primeiros egressos e podem contribuir mais por já estarem no mercado de trabalho há mais tempo e, com isso, terem uma visão diferenciada dos últimos egressos em relação ao mercado de trabalho na área da Educação Física.

Os egressos formados em 2017 tiveram também uma participação considerável. Talvez por serem egressos dos últimos anos, possa ser esse o motivo de ter um número significativo de participantes na pesquisa, considerando que muitos deles já formados ainda mantêm vínculo com a Universidade por meio dos projetos de extensão desenvolvidos pelo Curso.

Levantamento de dados do Bloco 2: questões sociodemográficas educacionais

No *Protocolo de Questões Dirigidas aos Participantes* com as perguntas do Bloco 2 (questões sociodemográficas educacionais), nas questões “a”, “d” e “e”, os participantes tiveram opção de responder nas alternativas expostas no questionário, caso quisessem poderiam acrescentar e justificar suas respostas:

B2.a) Aspecto motivacional referente à escolha do curso:

A pergunta está relacionada se Educação Física era a primeira opção de curso. Conforme as respostas dos egressos referentes a essa questão, 24 dos egressos responderam que o curso foi a primeira escolha (72,7%) e 9 participantes responderam que “não” (27,3%).

Aqueles que responderam “sim” tiveram justificativas parecidas, sejam por gostarem de esportes, serem atletas, terem gostado da disciplina no período da Educação Básica, ou por quererem atuar na promoção e reabilitação da saúde de diferentes faixas etárias, por meio da prática orientada de atividades físicas.

Diante do exposto, destacam-se três aspectos motivacionais para o ingresso dos participantes no curso de licenciatura em Educação Física: gostarem de esporte e outras atividades relacionadas a

movimentos; ter tido bom professor de Educação Física na vida escolar básica (ensino infantil, fundamental e básico); por entenderem a atividade física ser voltada para a saúde; ou por conveniência.

B2.b) Aspecto motivacional – gosto pelo esporte:

Dentre os motivos apresentados pela totalidade dos participantes desta pesquisa para a escolha do curso de licenciatura em Educação Física do ICSEZ/UFAM, a unidade de significado que apresentou frequência e percentual superior está relacionada ao terem gosto pelo esporte e outras atividades relacionadas a movimento. Tais motivos apresentados podem ser observados nos recortes das respostas dos participantes:

Sim. Quando eu fui aluno no ensino básico tinha aptidão com algumas modalidades esportivas, isso foi me levou a escolher o Curso de Educação Física. (P27)

Sim. Era a primeira turma de Educação Física da UFAM, e também era do meio esportivo. (P22)

Sim. Fui atleta de algumas modalidades coletivas (voleibol, handebol, futebol de campo e futsal) e individuais (atletismo e tênis de mesa). (P20)

Sim. Era atleta, e já gostava da disciplina na escola. (P7)

Sim. Sempre quis ser professor de Educação Física, pois praticava vários esportes. (P5)

Como é possível perceber, foram elencadas respostas dos participantes onde se evidencia o esporte como principal motivador para ingressarem no curso. Conforme Santini e Molina Neto (2005), a maioria dos ingressantes em Educação Física são ex-atletas ou pessoas que já tiveram contato com a área esportiva.

A fim de tentar balizar essas respostas, considerando as instituições educacionais (escolas; centros; clubes) como aquela que tem o papel de transmitir às futuras gerações as práticas sociais relevantes, não se pode deixar de contemplar o esporte como conteúdo da Educação Física. Corroborando com essa ideia, Vaz (2001) esclarece que as instituições educacionais não podem ignorar o esporte, mas, sim, deve tê-lo como conteúdo de ensino. Mesmo porque o esporte representa uma das várias manifestações da cultura corporal, representa o conteúdo a ser tratado pela Educação Física na escola e em outras instituições educacionais.

B2.c) Aspecto motivacional – bom professor:

Alguns acadêmicos têm a escolha profissional definida, em parte, pela marca de um “bom” professor de Educação Física na vida escolar básica, com capacidade de motivar os alunos, transmitir de maneira adequada o conhecimento e contribuir para o processo ensino-aprendizagem. Em contrapartida, um professor “ruim”, do tipo que larga a bola e abandona a aula, sem capacidade de instrução ou organização de atividades, pode influenciar negativamente nessa escolha (Krug, 2010). Indo ao encontro que afirma o autor, P10 respondeu “sim”, que no Ensino Médio ele praticava jiu-jitsu e o professor o teria incentivado a cursar Educação Física, pois era a sua formação.

B2.d) Aspecto motivacional – atividade física e saúde:

A Educação Física tem se caracterizado por um amplo e atrativo campo de trabalho e o esporte parece ser o grande incentivador para a opção profissional de muitos jovens (Pinho, Pinho et al.,

2007). Tal afirmação do autor corrobora com a resposta de P25, ao dizer que “sempre quis atuar na promoção e reabilitação da saúde de diferentes faixas etárias, por meio da prática orientada de atividades físicas”.

B2.e) Aspecto motivacional – conveniência:

Outro ponto pertinente destaca que alguns dos participantes afirmaram que cursarem Educação Física não foi exatamente sua primeira opção, alguns tiveram motivos diversos:

Afinidade dentre a opção de curso oferecida na minha cidade. (P19)

... pois foi o único curso que me interessou na cidade de Parintins, pelo motivo de eu não querer estudar fora. (P17)

Em Belém (de onde sou) esse curso é muito concorrido, quase que 50/1 (cinquenta por um), e, como aqui a concorrência era menor, vim pra cá. (P23)

Consoante ao exposto anterior, Leão (2019) destaca sobre os participantes, em seu estudo, não terem escolhido o curso como primeira opção ou pelas boas experiências na educação básica como a maior parte relatou, mas por ser, dentre as opções disponíveis, a mais conveniente para o momento.

Outros egressos optaram o [Licenciatura em Educação Física] LEF/ICSEZ/UFAM por ser na universidade pública e por localizar-se na própria cidade, onde os gastos com despesas, tais como aluguel, transporte e alimentação tornam-se menor em comparação a acadêmicos que residem fora de seu domicílio familiar (Leão, 2019, p. 147).

B2.f) Impacto da formação acadêmica no exercício da atividade profissional:

Em relação à pergunta que faz menção ao impacto da formação acadêmica no exercício da atividade profissional, têm-se os seguintes resultados: somente 1 egresso avaliou como “regular” (3%); 9 egressos avaliaram que a formação acadêmica foi “boa” (27,7%); 18 responderam que foi “ótima” a formação acadêmica no exercício da atividade profissional (54,5%), obtendo o maior valor para essa pergunta; e 5 avaliaram como “excelente” a formação acadêmica no exercício de sua atividade laboral (15,1%). Reunindo as respostas “boa”, “ótima” e “excelente” chegou-se a 97%.

B2.g) Contribuições do currículo ofertado pela Instituição para a formação acadêmica:

No que se refere a possíveis contribuições do currículo ofertado pela Instituição para a formação acadêmica, obtiveram-se os seguintes resultados: 21 participantes mostraram-se totalmente satisfeitos com o currículo de Educação Física (63,6%); apenas 1 egresso respondeu que o currículo não contribuiu (3%); e 11 responderam que parcialmente o currículo contribuiu para a inserção no mercado (33,3%). Diante disso, a maioria declarou que o currículo do curso contribuiu totalmente ou em grande parte para a inserção no mercado de trabalho.

Discutem-se aqui, concomitantemente por similaridade das perguntas, as questões “B2.b” e “B2.c”, que, de acordo com as percepções dos participantes em relação aos impactos da formação do curso de licenciatura em Educação Física, estão associados à integração com o mercado de trabalho, tanto na expectativa daqueles que estão ingressando nesse curso quanto à avaliação dos dados dos participantes referente a essa questão. Observa-se, ainda, que, de uma forma geral, o

impacto da formação acadêmica apresentou percepções positivas.

De forma geral, vê-se que o currículo de licenciatura em Educação Física atendeu as expectativas dos egressos, visto que, como salientado anteriormente, a maioria dos egressos afirma estar satisfeita com a formação acadêmica e com sua área de atuação.

B2.h) Cursos complementares à Educação Física durante a graduação:

Sobre os cursos complementares à formação acadêmica, os resultados foram: 28 participantes fizeram cursos durante a graduação (84,8%). Dentre os cursos complementares, conforme especificado pelos participantes, destacam-se: projetos ofertados pelo Instituto como oficinas, cursos e minicursos, bem como eventos em outros Estados, abordando temas de treinamento esportivo, Educação Física escolar, relação de gênero e sexualidade, ensino de esportes, treinamento funcional e hipertrofia muscular. Conforme apresentam-se as respostas:

Projetos ofertados pelo Instituto, bem como eventos em outros Estados. (P1)

Treinamento esportivo, Educação Física escolar. (P2)

Educação física escolar, relação de gênero e sexualidade, ensino de esportes. (P3)

Projetos, extensão e oficinas oferecidos pela Universidade. (P19)

De acordo com os dados, pode-se aferir que os alunos por meio dos estímulos à vivência em práticas de atividades complementares (atividades acadêmico-científicas curriculares) e de acordo com o que propõe o *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física (2014)* do ICSEZ/UFAM, os discentes, ao concluírem o Curso, esperam que estejam capacitados ao exercício da docência na área, instrumentalizados a desenvolver trabalhos científicos, estando, assim, aptos para atuar em diferentes contextos da atividade docente do professor de Educação Física, com foco na educação básica (UFAM, 2014). Para isso, existem projetos com foco a capacitá-los para tal função com os conteúdos diferenciados da cultura corporal.

B2.i) Cursos complementares na área de Educação Física após a graduação:

Em relação à pergunta que faz menção a cursos complementares inerentes à Educação Física após a graduação, foi constatado que a maioria dos participantes (25%-75,7%) possui cursos de especialização e qualificação na área de Educação Física. A seguir, as respostas de alguns participantes sobre o tema

Pós-graduação em Educação Física e nutrição escolar. (P1)

Especialização, cursos para treinamentos (voleibol, handebol e atletismo). (P2)

Treinamento funcional, musculação, pós-graduação, treinamentos para grupos especiais e atividades recreativas. (P8)

Curso de natação infantil e estágio na área de Educação Física. (P9)

Fiz pós-graduação em fisiologia e biomecânica. (P11)

Pós-graduação em Libras. (P12)

Pós-graduação em Educação Física escolar. (P18)

Especialização em psicomotricidade. (P28)

Especialização em fisiologia e treinamento desportivo. (P30)

Diante dessas constatações, percebe-se que os participantes entendem que a formação

acadêmica é somente a base para o conhecimento, tornando-se necessária a frequência em cursos para o aperfeiçoamento do seu trabalho docente como forma de melhorar as práticas habituais dos professores de Educação Física. Sobre isso, um dos participantes ainda destacou (após finalizar sua resposta) que o profissional não deve se acomodar e deve obrigatoriamente buscar formação continuada.

Para tanto, Libâneo (2004) menciona que

O termo “formação continuada” vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional. (p. 227, grifo nosso).

Assim, para o profissional atender as exigências contemporâneas não basta o diploma de graduação; é necessário dar continuidade a sua formação de estudos a fim de se tornar um profissional mais qualificado e experiente no exercício de suas funções, o que pode ser observado claramente nas respostas dos participantes, com a preocupação na busca por aperfeiçoamento na área.

Levantamento de dados do bloco 3: questões sociodemográficas profissionais

Para o presente estudo, foi necessária a aplicação do instrumento de coleta de dados intitulado *Protocolo de Questões Dirigidas aos Participantes*, especificamente as questões do Bloco 3 (dados sociodemográficos profissionais). Como resultado às perguntas do respectivo bloco, obtiveram-se os dados mencionados a seguir:

B3.a) Área de atuação dos egressos na Educação Física:

No que tange à área de atuação dos egressos na Educação Física (separados por sexo), têm-se os dados apresentados na Tabela 4.

Tabela 4

Área de atuação em Educação Física por sexo dos participantes

Área de atuação	Sexo (%)		Total (%)
	Masculino	Feminino	
Musculação	19 (95)	1 (5)	20 (60,6)
Docência educação básica	9 (69,2)	4 (30,8)	13 (39,4)
Modalidades individuais (rendimento)	7 (87,5)	1 (12,5)	8 (24,2)
Recreação e lazer	4 (66,7)	2 (33,3)	6 (18,2)
Docência nível superior	6 (100)	-	6 (18,2)

Área de atuação	Sexo (%)		Total (%)
	Masculino	Feminino	
Modalidades individuais (iniciação)	5 (100)	-	5 (15,1)
Modalidades coletivas (rendimento)	5 (100)	-	5 (15,1)
Ginástica	2 (50)	2 (50)	4 (12,1)
Lutas	4 (100)	-	4 (12,1)
Danças	2 (50)	2 (50)	4 (12,1)
Modalidades coletivas (iniciação)	3 (75)	1 (25)	4 (12,1)
Ginástica laboral	1 (33,3)	2 (66,7)	3 (9,1)
Grupos especiais (idosos, hipertensos, diabéticos)	3 (100)	-	3 (9,1)
Gestão privada	2 (100)	-	2 (6,1)
Laboratório de pesquisa	2 (100)	-	2 (6,1)
Atividade física e esportiva para pessoas com deficiência	1 (50)	1 (50)	2 (6,1)
Atividades/modalidades de aventura	1 (100)	-	1 (3)

Obs.: O participante podia assinalar uma resposta ou mais.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A área de atuação do Educador Físico compreende instituições educacionais de todos os níveis, centros esportivos, clubes esportivos, associações de classe, órgãos governamentais na área de Educação Física e desportos, comunidades de bairro e atividades assistenciais, tendo como identidade fundamental da atuação profissional a atividade e a relação docente de cunho educativo focada no interesse pelo corpo humano que se movimenta e interage no mundo (Bracht, 1993).

Nota-se que dentre todas as áreas apontadas na pesquisa, há uma maior participação dos egressos na área da musculação, seguida por docência na educação básica; as áreas de gestão pública, saúde pública, programas de atividade física, hidro e natação infantil não foram apontadas por nenhum participante.

Ainda sobre a área de atuação e de acordo com os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, a área de Educação Física

contempla múltiplos conhecimentos produzidos e usufruídos pela sociedade a respeito do corpo e do movimento. Entre eles, se consideram fundamentais as atividades culturais de movimentos com a finalidade de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções, e com possibilidades de promoção, recuperação e manutenção da saúde. (Ministério de Educação e do Desporto, 1997, p.

25).

B3.b) Carga horária de trabalho por semana voltada para a Educação Física:

Já para a pergunta que versa sobre as horas semanais de trabalho na área de Educação Física, foi constatado que: 14 participantes atuam mais de 40 horas semanais (42,4%); 9 trabalham de 5 a 10 horas semanais (27,3%); 7 egressos trabalham de 20 a 30 horas na semana (21,2%); 2 atuam de 1 a 5 horas semanais (6,1%); e apenas 1 atua de 10 a 20 horas durante a semana (3%).

Importante também destacar que os participantes que atuam com carga horária até 30 horas semanais (representada por grande parte das respostas dos participantes) talvez atuem em outras áreas paralelas à Educação Física.

B3.c) Renda mensal auferida no trabalho em Educação Física:

Em relação à questão sobre renda mensal (finanças) no trabalho com Educação Física (considerando o valor do salário mínimo de R\$ 998,00 reais até a data de realização de coleta de dados), foi constatado que: 12 participantes recebem até 1 salário mínimo (36,4%), 12 recebem de 2 a 3 salários mínimos (36,4%); 8 recebem de 4 a 5 salários mínimos (24,2%); 1 participante recebe de 6 a sete 7 salários mínimos (3%); nenhum participante marcou opções acima de 7 salários mínimos. Ao juntar o número de participantes que recebe de 1 salário mínimo e de 2 a 3 salários mínimos, envolvem-se 72,8% de todos os participantes da pesquisa.

Percebe-se nos dados dos participantes que as rendas mensais majoritárias são de 1 a 3 salários mínimos. Destaca-se que os participantes que recebem acima de 3 salários mínimos possuem duas situações pertinentes, são elas: dupla jornada de trabalho e duas graduações diferentes. Teixeira et al. (2014), em seus achados, constataram o fato de que o egresso que possui uma segunda graduação também apresenta grande possibilidade de haver renda de diversas fontes.

B3.d) Dificuldades para ingressar no mercado de trabalho:

Referente à pergunta que faz menção a possíveis dificuldades encontradas para ingressar no mercado de trabalho inerentes à área de Educação Física, foi identificado que mais da metade dos egressos não encontraram dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. Vinte e três participantes responderam que “não” encontraram dificuldades (69,7%); 10 respondem “sim” (30,3%). Observa-se que o participante podia assinalar uma ou mais resposta.

Aqueles que responderam “sim” às dificuldades encontradas, segundo as opções marcadas, foram: 5 participantes marcaram a opção “remuneração incompatível com a expectativa” (50%); e a opção “insegurança quanto à remuneração” obteve 1 marcação (10%). Na opção “outro(s), qual(is)?”, conforme as respostas dos egressos têm-se:

No processo de formação, o curso teve algumas mudanças, entre elas a passagem de “licenciatura plena” para apenas “Licenciatura...”. (P1)

Poucas vagas de trabalho na área de Educação Física Escolar. (P2)

Período com poucas ofertas de trabalho na área, e falta de incentivo na abertura de negócio próprio. (P3)

Devido à concorrência ser muito grande e não haver tantas academias na cidade. (P5)

P1, em sua resposta, fala que a passagem do curso de licenciatura plena para apenas licenciatura é uma das dificuldades para ingressar no mercado de trabalho e foi fator crucial para a desmotivação profissional. Ressalta-se, também, que parte dos participantes mencionou remuneração incompatível com a expectativa. Em estudo realizado por Lapo y Bueno (2003), evidenciou-se que “os baixos salários, a precariedade das condições de trabalho, a insatisfação e o desprestígio profissional estão entre os fatores que promovem o desencanto com a profissão” (p. 85).

B3.e) Satisfação profissional:

Nessa questão, os participantes tiveram a oportunidade de registrar informações relacionadas a sua satisfação profissional. Percebeu-se que os egressos, na maioria, estão satisfeitos com sua atuação profissional, de acordo com os relatos: 21 egressos entendem que seu nível de satisfação na atuação profissional é “bom” (63,6%); 6 egressos entendem como “regular” (21,2%); na opção “ótimo”, 6 egressos entendem que se sintam satisfeitos na sua atuação profissional (18,2%). Ao juntar os grupos de participantes que respondem a opção “bom” e “ótima”, obtiveram-se 81,8%, o que corresponde à maioria.

Com a possibilidade de justificar caso a resposta fosse negativa sobre os motivos que interferem na satisfação profissional, o baixo interesse em atuar na escola também pode ser explicado pela precariedade da estrutura que boa parte das instituições formais de ensino oferece aos professores de Educação Física, bem como pela falta de valorização desse profissional nesses ambientes, como mencionado por P18 e P19, ao afirmarem haver falta de material, falta de uma estrutura adequada, bem como carência de recursos pedagógicos e didáticos.

Uma questão a ser comentada sobre os participantes a respeito dos aspectos negativos para a insatisfação no trabalho refere-se a baixos salários. Nesse sentido, Ramos et al. (2016), em pesquisa sobre a satisfação no trabalho docente, destacam:

A categoria insatisfação com o salário foi a mais mencionada pelos participantes, estando presente em 43% dos relatos. As respostas de 17 professores sobre a insatisfação salarial evidenciaram que os participantes entendem que é prazeroso o exercício da docência, no entanto a recompensa (salário) é considerada desanimadora e, por vezes, os docentes precisam trabalhar com carga horária maior (dupla ou tripla jornada), ou mesmo realizar outras atividades para complementar o salário (p. 185).

B3.f) Políticas públicas em Educação Física:

Referente à questão que indaga se as políticas públicas favorecem a inserção dos profissionais de Educação Física no mercado de trabalho, tem-se que maioria dos participantes entende que elas não favorecem a inserção deles no mercado de trabalho (28; 84,9%); os demais participantes acreditam que as existentes favorecem a inserção deles no campo de atuação da área (5; 15,1%).

Antes de expor as respostas dos participantes é necessária uma breve contextualização sobre políticas públicas. Política significa tudo o que se refere à cidade e, por conseguinte, está relacionada ao que é civil, público e social. Assim, Muller y Surel (2002) entendem a política como ação pública que “designa o processo pelo qual são elaborados e implementados programas de ação pública, isto é, dispositivos político-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos” (p.

10).

A expressão “política pública” pode ser entendida como um curso de ação baseado na seleção de meios orientados para a realização de certos fins, adotada por autoridades ou agentes públicos. Relaciona-se, portanto, com a dimensão instrumental dos processos de tomada de decisão em que estão envolvidos os ocupantes dos cargos públicos. A implementação das diferentes políticas públicas envolve alguma definição prévia sobre os meios necessários ao alcance de determinados objetivos (Zauli, 2003). Diante dos dados coletados, elencam-se algumas respostas:

Não. Na atualidade, necessitamos de concursos e de profissionais capacitados na área. O que vemos hoje é que existem vagas no mercado sendo preenchidas por outros profissionais. Se de fato existissem leis efetivas, isso não aconteceria. (P33)

Não. Infelizmente, ainda vejo muito pouca oferta de trabalho, principalmente nas escolas, onde a falta de investimento em nossa área é ruim e ainda não há preenchimento de todos profissionais nos poucos lugares onde há oferta de emprego, academias e escolas, além de instituições esportivas e de lazer. Muitos estão na informalidade ou recebendo menos do que deveria, se houvesse mais atenção do governo essa situação poderia melhorar consideravelmente. (P4)

Não. Nosso município é bastante extenso em termo de popularidade, não temos políticas públicas suficientes que atenda a todos. Como praça de esportes, programas de incentivo ao esporte e atividades físicas e outros. (P31)

Não. O Estado não tem cumprido com sua implementação de políticas públicas voltadas a programas de incentivo ao esporte e atividades de lazer, como forma de prevenção da saúde pública. (P22)

Não. Pois, além de o profissional não ser tão valorizado, os espaços públicos de lazer e espaços esportivos estão deteriorados, dificultando a prática orientada. Como também as políticas públicas de lazer e esporte não são aplicadas de forma coerente e concreta. (P2)

De acordo com os apontamentos dos participantes há necessidade de concursos públicos para a área, investimento em políticas públicas de esporte e lazer, como forma de prevenção em saúde. A falta de investimentos pode ser estratégia para o aumento de descaso com profissionais de Educação Física de forma a desvalorizar uma classe de profissionais. Vaz (2001) afirma que a política é uma atividade que envolve a natureza pública e simbólica do poder, que, quando bem exercida, relaciona-se à disputa de ideias, projetos e concepções no espaço público de forma multidimensional.

Mediante as políticas públicas é que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. A política, portanto, não pode ser tratada apenas como um conjunto de ideias, porque é preciso concretizá-las em ações em direção ao atendimento das demandas sociais. Nesse sentido, é preciso ter em mente que a garantia dos direitos sociais não passa pela simples inclusão de palavras em textos políticos, mas pela concepção adequada de suas possibilidades na formação de uma sociedade justa, crítica e reflexiva.

Em relação aos participantes que reconhecem a existência de políticas públicas no município de Parintins, AM, apresentam-se algumas de suas respostas:

Sim. Devido à grande expansão de atividades físicas vinculada da saúde do corpo e mente, esse

mercado vem ganhando cada vez mais espaços. A procura por profissionais aumenta cada dia. (P1)

Sim. Acredito que em tese sim, entretanto na prática ainda existe a mão de obra não especializada em nosso lugar, mesmo com a atuação do Conselho de Educação Física. (P32)

Sim. Apesar de favorecer, ainda precisa avançar mais para ofertar mais oportunidades às pessoas que estão se formando. (P29)

Diante dessas respostas, vê-se que o profissional em Educação Física precisa de mais reconhecimento pelos órgãos governamentais por meio de políticas públicas que realmente atendam a todos os profissionais da respectiva área (Muller y Surel, 2002). Políticas públicas eficientes podem favorecer melhores qualificações, motivação e saúde coletiva, e benefícios diversos para a sociedade de forma preventiva e de atuação direta a problemas corriqueiros inerentes à atuação do profissional atuante em Educação Física (Vaz, 2001).

Considerações finais

Ao traçar o perfil sociodemográfico da dimensão educacional e profissional dos egressos em Educação Física atuantes na área, formados pela UFAM, campus Parintins, e o acesso a 33 egressos de graduação em licenciatura em Educação Física que se formaram no período de 2011 a 2018, viabilizou-se, sem dúvida, um aporte significativo de informações a respeito das questões que essa sondagem perseguiu.

Os resultados encontrados permitem constatar que houve uma participação de 28 de egressos do sexo masculino (84,9%) e 5 egressos do sexo feminino (15,1%), tendo os participantes uma média de 33 anos de idade, predominantemente apresentam condição de união estável e mais participação de profissionais formados em 2011 seguidos por profissionais formados em 2017.

Após a análise dos dados, conclui-se que grande parcela dos participantes atua na área da musculação, seguida pelas áreas de docência na educação básica e modalidades individuais. Os resultados obtidos nesta pesquisa mostram que os egressos se preocupam com sua formação continuada e a maioria fez cursos complementares à Educação Física durante e após a graduação, e apontam que o curso de licenciatura em Educação Física oferta condições de aprendizado aos acadêmicos, podendo assim proporcionar uma base sólida e satisfatória na formação profissional dos acadêmicos, atendendo as exigências do mercado de trabalho.

A investigação gerou indícios que dentre as dificuldades para ingressar no mercado de trabalho na área de Educação Física refere-se a baixos salários e ao não reconhecimento pelos órgãos públicos, que não valoriza a profissão. Quanto às limitações para a realização deste estudo, é importante destacar que foram encontradas dificuldades de contato com os possíveis participantes, talvez pelo fato de estes terem alterado seus endereços eletrônicos ou estarem morando em outras regiões. Para a realização da coleta, foram visitadas instituições onde esses profissionais pudessem estar atuando, porém, elas foram buscadas apenas no município de Parintins.

De modo geral, os educadores físicos estão satisfeitos em sua prática profissional. Diante disso, pode-se afirmar que os objetivos do estudo foram cumpridos integralmente. Espera-se que os

resultados obtidos nesta investigação possam ter revelado características e padrões importantes sobre a população-alvo. Sugere-se que estudos semelhantes sejam realizados e reaplicados posteriormente para que as características sociodemográficas sejam amplamente conhecidas de forma a evidenciar condições diversas a fim de se ofertarem subsídios para a elaboração de políticas públicas eficientes em benefício da sociedade, bem como do trabalho do profissional de Educação Física.

Referências

- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Betti, M. (1991). *Educação física e sociedade*. Movimento.
- Bracht, V. (1992). *Educação física e aprendizagem social*. Magister.
- Bracht, V. (1993). Educação física/ciências do esporte: que ciência é essa? *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 14(3), 111-117.
<http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/issue/view/Issue/66/15>
- Caparroz, F. E. (1997). *Entre a educação física na escola e a educação física da escola*. UFES/CEFD.
- Castellani Filho, L. (1988). *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. Papyrus.
- Comissão de Especialistas de Educação Física [do Ministério do Esporte]. (2004). *Dimensões pedagógicas do esporte*. UNB/CEAD.
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/123456789/228/modulo02DimensoesPedagogicasEsporte.pdf?sequence=3&isAllowed=y>
- Cruz, A. S. (2011). O embate de projetos na formação de professores de Educação Física: além da dualidade licenciatura – bacharelado. *Motrivivência*, (36), 26-44.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/download/2175-8042.2011v23n36p26/19634>
- Darido, S. C. y Rangel, I. C. A. (2005). *Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica*. Guanabara Koogan.
- Delaney, A. M. (2000). Voices of experience: Renewing higher education with alumni studies. *Tertiary Education and Management*, 6, 137-155.
- Freire, J. B. (1997). *Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física*. Scipione.
- Furtado, R. P. y Santiago, L. P. (2015). Educação Física e trabalho: considerações a respeito da inserção profissional de egressos da FEF-UFG. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 29(2), 325-336. <http://www.revistas.usp.br/rbef/article/view/99806/98262>
- Galindo, A. G. (2005). *Mercado de trabalho e educação física: um breve ensaio sobre os impactos da regulamentação profissional* [Artículo]. Semana do Profissional de Educação Física, Macapá, Amapá, Brasil.
- Gomes, R. (2012). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (31ª ed., pp. 79-108). Vozes.

- González, F. J. (2008). A identidade profissional em Educação Física: uma mirada de sua transformação. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, (120). <https://www.efdeportes.com/efd120/a-identidade-profissional-em-educacao-fisica.htm>
- Gutierrez, W. (1972). *História da Educação Física*. IPA.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2011). *Censo demográfico 2010: Parintins*. IBGE. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/parintins/panorama>
- Krug, H. N. (2010). O percurso da vida escolar básica e a relação com escolha profissional dos acadêmicos de licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, (141). <https://www.efdeportes.com/efd141/escolha-profissional-em-educacao-fisica.htm>
- Kunz, E., Garcia, E. L., Resende, H. G., Castro, I. J. y Moreira, W. W. (1998). *Novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Educação Física: justificativas – proposições – argumentações*. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 20(1), 37-47. <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/issue/viewIssue/82/2>
- Lapo, F. R. y Bueno, B. O. (2003). Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. *Cadernos de Pesquisa*, (118), 65-88. <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16830.pdf>
- Leão, L. D. (2019). *Reflexões sobre a formação do professor de Educação Física em Parintins/AM: um confronto entre o PPC e o discurso dos egressos* [Tesis de Maestría, Universidade Federal do Amazonas]. https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7116/9/Dissertação_LucasLeão_PPGE.pdf
- Lei n. 9.394 de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 23 de diciembre de 1996. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- Lei n. 9.696 de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. 2 de septiembre de 1998. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9696.htm
- Leite, F. T. (2008). *Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa (monografias, dissertações, teses e livros)*. Ideias & Letras.
- Libâneo, J. C. (2004). *Organização e gestão da escola: teoria e prática* (5ª ed.) Alternativa.
- Ministério de Educação e do Desporto do Brasil. (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física*. MEC/SEF. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf>
- Ministério de Educação e do Desporto do Brasil. (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Educação Física*. MEC/SEF. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/fisica.pdf>
- Morschbacher, M. (2012). *Reformas curriculares e a formação do (novo) trabalhador em Educação Física: a subsunção da formação à lógica privada/mercantil* [Tesis de Maestría, Universidade Federal de Pelotas]. <https://wp.ufpel.edu.br/ppgef/files/2014/04/Marcia.pdf>
- Muller, P. y Surel, Y. (2002). *A análise das políticas públicas* [Agemir Bavaresco y Alceu R. Ferraro, traductores]. EDUCAT. <https://pt.scribd.com/document/343349628/MULLER-Pierre-SUREL-Yves-a-Analise-Das-Politiclas-Publicas>

- Muñoz, G. H., Silva, R. H. R., Alves, T. S., Santos, D. B. y Bertoldi, A. P. F. (2006). Reforma curricular dos cursos de licenciatura em Educação Física: contribuições dos professores das redes públicas de ensino. *Pensar a Prática*, Goiânia, 9(2), 231-248. <https://www.revistas.ufg.br/feef/article/view/171/158>
- Nóvoa, A. (2000). *A formação do professor – realidades e perspectivas* [Artículo]. Encontro Ibero-Americano de Formação de Professores, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Nunes, E. y Carvalho, M. M. (2007). Ensino universitário, corporação e profissão: paradoxos e dilemas brasileiros. *Sociologias*, 9(17), 190-215. Dossiê. <http://www.scielo.br/pdf/soc/n17/a08n17.pdf>
- Oliveira, A. A. B. (2000). Mercado de trabalho em Educação Física e a formação profissional. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, 8(4), 45-50. <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/download/375/427>
- Parecer n. 215 de 1987 [Conselho Nacional de Educação do Brasil]. Dispõe sobre a reestruturação dos cursos de graduação em Educação Física, sua nova caracterização, mínimos de duração e conteúdo. 11 de marzo de 1987. <https://www.confef.org.br/confef/legislacao/10>
- Pinho, S. T., Costa, M. Z., Pereira, F. M. y Azevedo Júnior, M. R. (2007). Licenciatura ou bacharelado em Educação Física? Opção de curso entre os últimos acadêmicos do currículo generalista. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, (108). <https://www.efdeportes.com/efd108/licenciatura-ou-bacharelado-em-educacao-fisica.htm>
- Pizani, J. y Barbosa-Rinaldi, I. P. (2014). Organização curricular dos cursos de Educação Física no Paraná: características da licenciatura e do bacharelado. *Journal of Physical Education*, 25(1), 95-108. <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/21634/13658>
- Ramos, J. J. (1982). *Os exercícios físicos na história e na arte: do homem primitivo aos nossos dias*. Ibrasa.
- Ramos, M. F. H., Fernandez, A. P. O., Furtado, K. C. N., Ramos, E. M. L. S., Silva, S. S. C. y Pontes, F. A. R. (2016). Satisfação no trabalho docente: uma análise a partir do modelo social cognitivo de satisfação no trabalho e da eficácia coletiva docente. *Estudos de Psicologia*, 21(2), 179-191. <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v21n2/1413-294X-epsic-21-02-0179.pdf>
- Resolução n. 1 de 2002 [Conselho Nacional de Educação do Brasil]. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. 4 de marzo de 2002. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf
- Resolução n. 2 de 2002 [Conselho Nacional de Educação do Brasil]. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. 4 de marzo de 2002. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>
- Resolução n. 2 de 2015 [Conselho Nacional de Educação do Brasil]. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. 1º de julio de 2015. <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>

- Resolução n. 3 de 1987 [Conselho Federal de Educação do Brasil]. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). 10 de setembro de 1987. http://crefrs.org.br/legislacao/pdf/resol_cfe_3_1987.pdf
- Resolução n. 6 de 2018 [Conselho Nacional de Educação do Brasil]. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. 19 de julho de 2018. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104241-rces006-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192
- Resolução n. 7 de 2004 [Conselho Nacional de Educação do Brasil]. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. 5 de abril de 2004. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0704edfisica.pdf>
- Resolução n. 7 de 2007 [Conselho Nacional de Educação do Brasil]. Altera o § 3º do art. 10 da Resolução CNE/CES n. 7/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. 5 de outubro de 2007. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces007_07.pdf
- Ribeiro, E. M. (2011). *A história da formação em Educação Física no município de Parintins-AM* [Tese de graduação, Universidade Federal do Amazonas]. Banco de trabalhos da biblioteca física da UFAM.
- Santini, J. y Molina Neto, V. (2005). A síndrome do esgotamento profissional em professores de Educação Física: um estudo na rede municipal de ensino de Porto Alegre. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 19(3), 209-222. <http://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16596/18309>
- Soares, C. L., Taffarel, C. N. Z., Varjal, E., Castellani Filho, L., Escobar, M. O. y Bracht, V. (1992). *Metodologia de ensino da Educação Física*. Cortez.
- Soares, E. R. (2012). Educação Física no Brasil: da origem até os dias atuais. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, (169). <https://www.efdeportes.com/efd169/educacao-fisica-no-brasil-da-origem.htm>
- Tani, G., Manoel, E. J., Kokubun, E. y Proença, J. E. (1988). *Educação física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista*. EPU.
- Teixeira, D. E., Ribeiro, L. C. S., Cassiano, K. M., Masuda, M. O. y Benchimol, M. (2014). Perfil e destino ocupacional de egressos graduados em Ciências Biológicas nas modalidades a distância e presencial. *Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências*, 16(1), 67-84. <http://www.scielo.br/pdf/epec/v16n1/1983-2117-epec-16-01-00067.pdf>
- Universidade Federal do Amazonas. (2007). *Resolução n. 019, de 29 de janeiro de 2007*. Criar o Curso de Graduação em Educação Física, com 50 (cinquenta) vagas, turno diurno, vinculado à Unidade Acadêmica de Parintins. Conselho Universitário da UFAM. <http://conselhos.ufam.edu.br/images/deliberacoes/res0192007suni-cria-o-curso-de-graduacao-em-educacao-fisica.pdf>

- Universidade Federal do Amazonas. (2011). *Resolução n. 037, de 4 de julho de 2011*. Adota procedimentos de padronização para mensuração do tempo máximo dos cursos de graduação presenciais. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFAM. https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/952/1/294_RESOLU%C3%87%C3%83O%20N%C2%BA037_2011_CEG_CONSEPE.pdf
- Universidade Federal do Amazonas. (2014). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física*. Núcleo Docente Estruturante – Educação Física da UFAM. Documento institucional. Não paginado.
- Vaz, A. F. (2001). Políticas públicas para o esporte e o lazer em Santa Catarina: reflexões e considerações. *Revista da Educação Física*, 12(1), 89-96.
- Veronez, L. F. C., Lemos, L. M., Morschbacher, M. y Both, V. J. (2013). Diretrizes curriculares da Educação Física: reformismo e subordinação ao mercado no processo de formação. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 35(4), 809-823. <http://www.scielo.br/pdf/rbce/v35n4/02.pdf>
- Zauli, E. M. (2003). Políticas públicas e políticas sociais. *Pensar BH-Política Social*, 8, 27-29.